



Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social

Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003



Prefeita
Marta Suplicy

Secretária Municipal de Assistência Social
Aldaíza Sposati

- Equipe técnica FIPE

Coordenação Adjunta
Rinaldo Artes

Coordenação Geral
Silvia Maria Schor

Coordenadores de Campo

Alair Molina
Rosana Estrela Adamo

Pesquisadores
Amélia Silva
Marisa Do Espírito Santo Borin
Tarcísio Neves Da Cunha
Valéria Bomfim

Supervisores de Campo

Aidé Mercedes Torres
Amélia Alves da Silva
Andrea Sampaio Barbosa
Andreia Marquis
Edvaldo Bezerra Fernandes
Élide Nogueira Mendes
Hamilton César Da Silva

Josué Delfino de Freitas
Julio Sanches
Lilian Rose Dos Santos Tropardi
Luiz Puntoni
Marisa Do Espírito Santo Borin
Maria Roseli Ascar De Paiva
Myriam Abbua Ferreira

- Equipe técnica SAS

Adelina Baroni Renucci
Ana Maria Almeida Evangelista
Daniela Santos Reis
Isabel Cristina Bueno

SAS Regionais
Isabel Pelegrino de Souza (SA)
John Kenedy Ferreira (MO)
Jorge Arthur Canfield Floriani (SÉ)
Margarete de Amaral Gurgel de Barros (PI)
Maria Aparecida Russo Bresiane Orkey (PE)
Míriam Tereza de Oliveira Moraes (ST)
Sandra Galvão Branco (PI)
Sandra Pasicznik Valenti (IP)
Telma Aparecida do Nascimento (IP)

Equipe de processamento de dados/SAS
Adelina Cristina Pinto – Kica
Alexandre Lins Ferreira
Rene Suarez Ziegelmaier

Geoprocessamento/SAS-Vigilância Social
Ideltania Passos de Araújo Pereira
Mariana Lopes Castilho
Daniela Santos Reis

Organizações parceiras

Fórum das Organizações que trabalham com a população de rua;

Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das pessoas em situação de rua da Cidade de São Paulo

Organizações parceiras na prestação de serviços de atenção as pessoas em situação de rua.

Entrevistadores/FIPE

Adelmo Irineu Severino
Adriana Cristina Rodrigues
Alessandra Apareciada Ramos
Alexandre Do Espírito Santo Borin
Alfredo Miguel Ferreira
Amina Mayumi Urasaki Costa
Ana Beatriz De Barros Leal
André Gustavo De Castro Matos
André Luiz De Araújo
André Luiz Teixeira Dos Santos
Anita Rodrigues Da Silva
Antonio Carlos Faria
Antônio José Santana
Aramis Luis Silva
Caio L.M.Falcão
Carlos Alberto Pinheiro
Carlos Jerônimo Vilhena De Toledo
Carolina Teixeira Nakagawa
Célia Regina Cavalcante
Célia Regina Padilha Da Silva
Cesar Augusto Brito Pereira
Christopher De Paula Mendes
Clara Siqueira Neves Da Rocha
Claudia Andrea Charlin Mardones
Claudia Regina Lara
Cleusa Dias
Dailton José Santana
Danielle Amaral Dantas
Davison Vergaças Senaha
Denilson Vergaças Senaha
Edmir Paulo Soares
Edson Mauricio Cabral
Elizabeth Da Paixão
Erivaldo Alves Dos Santos
Ernani Medina Pereira
Fábio Rocha Braga
Fernanda Graziela Cardoso

Fernando Ferreira Rosa
Gabriela Carvalho Russo
Gilza Lopes S. De Mello
Guilherme Sandler
Gustavo Falsetti Viviani Silveira
Helder Bastos Fonseca
Ilona Hertel
Isabel De Souza Pelegrino
José Afonso Balogh
José De Mendonça Neto
José Higinio Barbosa
José Martín Nunez Ticerán
José Nelton Soares Dos Santos
José Orleans Da Silva
Julio Cesar G. Rodrigues
Julio Flávio Da Silva Ferreira
Ligia Medeiros Paes De Barros
Lívia Borges Mondini
Luciano Santos Correia
Luiz Fernando Matosinho
Luiza Maria De Assunção
Mayta Fernandes Santos
Marcel Maggion Maia
Marcelo De Castro De Sá
Marcelo De Souza Catalucci
Marcelo Joaquim Copiano
Marcio Sousa De Carvalho
Marco Antonio Miguel
Marcolandio Gurgel Praxedes
Marcos Cesar Araujo Medeiros Dos Santos
Marcos Roberto Barbosa
Margarete Amaral G. De Barros
Maria Cinélia Teixeira Durval
Maria Cristina D. Do Amaral
Maria Do Socorro Bonfim Pimentel
Maria Isabel Kul
Maria Isabel Sanches Costa

Maria Lúcia Aparecida Pereira
Marta Dionísio Da Costa
Maurizio Catalucci
Milton Rodolpho De Castro
Viviane Gomes D' Almeida
Moisés Castro
Monica Savini
Nathália Guimarães Krüger
Paula Aparecida Ferreira Rebello
Colognesi
Paula Moura Lacerda De Souza
Paula Rochlitz Quintão
Paulo Edison De Oliveira
Raquel Mendes Borges
Renata De Oliveira Valentim
Renato Garcia De Souza
Romildo Alves De Oliveira
Ronaldo Cunha Valente
Rosana Estrela Adamos
Rosana Naves Pereira
Rosana Rodrigues
Rosângela Vieira Brandão
Rosely Dias De Souza Catalucci
Samuel Dias Gimenez
Sandra Galvão Branco
Sani Mara Dias Dos Santos Gimenez
Sebastião Assis Da Silva
Sérgio Alves
Suellen De Araújo Costa
Tânia Regina G. Moreira
Teodoro Alves
Terezinha Alves Sampaio
Valéria Cusinato Bomfim
Valter Gercov
Vanessa Gapriotti Nadalin
Vera Lúcia Sisternes
Verônica Kienen Dias

Processamento de Dados/Fipe

Cléber Da Costa Figueiredo
Emerson De Almeida
Rogério Koifhi Utida
Wellington Mihliari

Estagiário/Fipe

Caio Falcão
Vanessa Nadalin Gapriotti
Digitação
Valmir Dos Santos
Secretária
Célia Regina Cavalcante

Sumário

Introdução

I - a metodologia do censo e a contagem de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo	6
1.1. o censo de 2000	8
1.2. a contagem de pessoas em situação de rua em 2003	14
II: resultados da contagem de 2003 comparados ao censo de 2000	20
2.1. número de pessoas em situação de rua	20
2.2. local onde foram encontrados as pessoas em situação de rua	25
2.3. variáveis demográficas	27
2.4. pessoas pernoitando nas ruas: outros resultados	31
2.5. outros resultados quanto à população albergada	34

ANEXOS

1. anexo I : distritos censitários do censo de 2000
2. anexo II - número de pessoas em situação de rua por distrito,censo de 2000
3. anexo III - lista de albergues recenseados em 2003
4. anexo IV - plano amostral
5. anexo V - instrumentos de coleta das informações

- introdução

Aqui se apresentam os resultados da estimativa do número de pessoas em situação de rua em 29 Distritos Municipais da cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS- contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE- para realização do trabalho, executado entre os meses de março e outubro de 2003.

A realização da pesquisa atendeu a múltiplos objetivos. Respondeu, em primeiro lugar, à demanda de SAS por informações que subsidiem seu trabalho de planejamento e deu cumprimento à Lei Municipal 12.316/97¹ e o decreto 40.232 de 2 de janeiro de 2001 que tornam obrigatória, até o terceiro ano de cada administração, a contagem da população em situação de rua. Permitiu, também, que as instituições conveniadas com a Prefeitura para atendimento à população em situação de rua, e todas as demais instituições que atuam junto a eles, dispusessem de informações sobre seu número atual e sua distribuição espacial na cidade. Possibilitou a ampliação do acervo de trabalhos que pesquisadores e estudiosos do tema têm à sua disposição, com resultados obtidos mediante inferências estatisticamente válidas.

A execução do trabalho contou com inúmeros colaboradores. Beneficiou-se, em primeiro lugar, do interesse e apoio que a Secretaria Municipal de Assistência Social dispensou ao trabalho, reflexo da prioridade dada à questão das pessoas em situação de rua. Igualmente importante foi a colaboração da equipe técnica de SAS que acompanhou os trabalhos da pesquisa, contribuindo, com sua experiência e conhecimento, para os eventuais méritos da pesquisa.

Os agentes sociais das instituições que atuam junto à população de rua desempenharam papel fundamental na realização do levantamento. A participação desses agentes sociais permitiu um melhor planejamento do trabalho de campo, atualizando e revendo as informações do censo de 2000. A participação dos educadores sociais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua nas equipes de campo, em muito auxiliou o trabalho, na identificação e abordagem das crianças e adolescentes. O mesmo ocorreu pela participação de ex-pessoas das ruas como integrantes das equipes de campo trouxe uma colaboração inestimável ao trabalho. Sem eles, a procura e identificação das pessoas em situação de rua, principalmente no centro da cidade, teriam sido mais difíceis e menos frutíferas.

A colaboração dos jovens entrevistadores e supervisores que realizaram o trabalho de campo se deu sob a forma de um legítimo interesse pela questão, acompanhado da sensibilidade necessária para abordarem as pessoas nas ruas a serem entrevistadas. Foram também valentes ao não se intimidarem com as difíceis condições do trabalho de campo. Finalmente, nossos agradecimentos aos entrevistados, às pessoas em situação de rua que, com suas histórias de vida, permitiram a realização da pesquisa. A eles, na verdade, pertence este trabalho.

¹ Art. 8º - O Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da população de rua da Cidade.

§ 1º - Nos demais anos de gestão os censos anuais poderão usar metodologias alternativas de modo que, a cada ano, seja caracterizado um segmento específico como: população adulta de rua, população infanto-juvenil, população usuária de cada modalidade de serviços.

§ 2º - Os resultados do recenseamento quadrienal e dos censos anuais deverão ser publicados no Diário Oficial do Município, obedecido o critério territorial dos distritos administrativos.

I - METODOLOGIA DE CENSO E A CONTAGEM DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO

A SAS realizou em 2000, mediante contratação da FIPE, o primeiro censo² de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo. Em 2003 a SAS realizou, mediante novo contrato com a FIPE, a estimativa do número de pessoas em situação de rua nos 29 distritos municipais da cidade em que, em 2000, se concentravam mais de 90% desta população. A contagem das pessoas em situação de rua em 2003 replicou a metodologia seguida no censo de 2000 para 11 distritos da área central e trabalhou com esquema amostral nos demais 18 distritos que completaram a área do levantamento.

Os dados censitários obtidos em 2000 facilitaram a obtenção da amostra em 2003, minimizando custos e permitindo calcular os erros associados às estimativas amostrais. A replicação da metodologia censitária na área central permite estrita comparabilidade dos resultados de 2000 e 2003, para cada um dos distritos desta região. Para os distritos amostrados é assegurada a comparabilidade dos totais encontrados.

- definição da população

A definição de população em situação de rua é, sabidamente, difícil. A multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempo em que os vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização se consolidaram, são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais e livres de ambigüidade. A literatura sobre essa população atesta os esforços de recortá-la conceitualmente.

Apesar da reconhecida diversidade, as pessoas em situação de rua partilham inúmeras características. São todos muito pobres, pessoas para quem algumas das instituições básicas da sociedade - propriedade privada, família, mercado - deixaram de propiciar as estratégias usuais de sobrevivência. A trajetória de vida que os levou às ruas desenha sempre uma seqüência de fracassos pessoais e desamparo institucional. Sem casa e sem lar, reinventam diariamente as soluções para sua subsistência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida, remédios e segurança.

As pessoas em situação de rua se abrigam nos logradouros da cidade, em mocós, casarões abandonados, postos de gasolina, cemitérios, carrinhos de “catação” de papelão e outras formas improvisadas de dormida. Muitos trabalham à noite guardando carros, encartando jornais e em outros tantos bicos que a cidade oferece e confundem-se, muitas vezes, com a população em movimento, por trabalho, lazer ou simples passagem. Pode-se supor, muitas vezes, que “flanelinhas”, vendedores nos semáforos, carregadores de caminhões, entre tantos outros, são também pessoas em situação de rua quando, na verdade, são apenas trabalhadores muito pobres.

Parte das pessoas em situação de rua procura os albergues da cidade para abrigo noturno. Principalmente nas noites frias, a oferta de alimento e um ambiente aquecido os convencem a buscar a proteção que a Prefeitura e as organizações sociais lhes propiciam. O albergue se constitui, também, em alternativa de pernoite para alguns migrantes de passagem pela cidade, sem renda suficiente para arcar com os custos de uma pensão ou hotel. A esses, somam-se

² Levantamento censitário significa a contagem de toda a população de moradores de rua, enumerando, um a um, os seus componentes. Todos os 96 Distritos Municipais da cidade foram incluídos na pesquisa.

as famílias desalojadas por despejo, demolição ou por dificuldades pessoais. Há também entre os albergados, aqueles que perderam o emprego e que, sem amparo familiar, esperam um novo posto de trabalho.

A heterogeneidade das pessoas em situação de rua passa também pelas diferentes faixas etárias da população: crianças, adolescente, adultos e idosos. Cada um dos grupos etários apresenta suas especificidades, que se expressam em escolhas distintas quanto aos locais de pernoite, soluções de sobrevivência, formas de socialização e muitos outros condicionantes da permanência na rua.

No conjunto, portanto, as pessoas em situação de rua constituem um grupo heterogêneo e a construção de uma tipologia que permitisse distinguir, na heterogeneidade da população, as condições definidoras dos vários subgrupos exigiria um conhecimento aprofundado desse universo, que ainda não se dispunha inteiramente em 2000.

Além de precisar, conceitualmente, a população a ser estudada, a definição da população deve permitir, ademais, a operacionalização do conceito, possibilitando identificar a pessoa em situação de rua em campo, sem confundi-la com outros segmentos da população mais pobre da cidade.

Frente às dificuldades conceituais e operacionais, a pesquisa elegeu o lugar de pernoite como o indicador da condição de “morador de rua”. Reconhecendo as implicações de uma definição unidimensional, entendeu-se, entretanto, que o local em que se abrigam à noite - logradouros ou albergues - reflete o conjunto de privações e dificuldades presentes nessa condição. A perda da moradia simboliza, também, um importante ponto de ruptura, ponto de acumulação de um processo posto em curso muito antes da chegada à rua.

A definição adotada pode então ser formulada da maneira que se segue:

Considerou-se população de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais³. Denominamos os membros dessa população como pessoas de rua ou morador de rua.

Sabia-se, de antemão, que o trabalho de campo poderia revelar situações em que a definição seria de difícil aplicação. Em tais ocorrências, a decisão de inclusão no universo da pesquisa era tomada pelos supervisores de campo que, devidamente habilitados, examinavam, caso a caso, as eventuais dificuldades encontradas.

A prioridade dada ao local de pernoite⁴, dimensão privilegiada na definição de “morador de rua” adotada, condicionou os procedimentos de campo e a apresentação dos resultados, dividindo a população em albergados e “pessoas de rua” pernoitando nas ruas e demais logradouros da cidade.

³ Caracterização Sócio Econômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, pg. 5, FIPE/SSAS, 2000. A mesma definição é dada por Vieira, M.A.C., Bezerra, E. e Rosa, C.M.M. (1992). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec.

⁴ A literatura sobre moradores de rua mostra que, no Brasil e em vários outros países a definição de morador de rua também tem como referência o local de pernoite. Ver, por exemplo Marpsat, M. (2000) *Les sans domicile à Paris et aux États-Unis*. Paris: INSEE, Données Sociales.

1. o Censo de 2000

Por se tratar do primeiro censo a ser realizado⁵ na cidade de São Paulo, tornou-se necessário definir os procedimentos metodológicos a serem seguidos, destinados a recensear uma população sem domicílio, sem local de trabalho regular e sem qualquer outro registro que pudesse servir de referência para a pesquisa. A ausência de domicílio é a razão principal para que o IBGE⁶ não incluía a população em situação de rua nos censos demográficos decenais, o mesmo acontecendo em outros países⁷. A quantificação das pessoas em situação dos moradores de rua, desta forma, deve ser obtida mediante pesquisa especialmente desenhada para este fim, enfrentada a questão da mobilidade da população e sua distribuição pela cidade. Para estabelecer procedimentos adequados ao recenseamento dessa população, a primeira tarefa a ser cumprida foi sua definição, a partir da qual se seguiram as demais etapas de trabalho.

- os procedimentos para o recenseamento da população em 2000

O planejamento do trabalho de campo teve que encontrar solução para uma multiplicidade de problemas. O primeiro deles foi, sem dúvida, a questão da localização e identificação da população. Sem endereço ou qualquer outro ponto de permanência conhecido⁸ e dispersos pela cidade, a área a ser pesquisada, denominada área de busca, coincide com a área total da cidade. Ademais, como a principal condição definidora do “morador de rua” - a ausência de moradia - não é observável diretamente pelo pesquisador, torna-se necessária a abordagem de todas as pessoas que, na área de busca, possam fazer parte desta população.

A segunda questão a ser levada em conta diz respeito à duração do trabalho de campo. A mobilidade da população, inclusive à noite, requer que o levantamento das informações seja realizado no menor tempo possível com o objetivo de minimizar a dupla contagem⁹. A extensão da área de busca e a diversidade dos locais de pernoite solicitam, contrariamente, um maior tempo de pesquisa. A qualidade dos dados obtidos depende, em grande parte, da solução encontrada para compatibilizar estas duas exigências.

O terceiro item refere-se à necessidade de realização do trabalho de campo unicamente no período noturno, como decorrência da definição da população. Riscos e temores das equipes de campo, dificuldades de percepção de locais de pernoite de pouca visibilidade podem conduzir à sub-enumeração dos elementos da população. A forma que o censo em São Paulo encontrou para minimizar estes problemas foi a inclusão nas equipes de campo de ex - “pessoas de rua” e agentes sociais de organizações que atendem esta população.

Os problemas levantados desdobram-se em questões operacionais igualmente merecedoras de cuidado na sua solução: custo do levantamento, tamanho da equipe, treinamento e

⁵ Belo Horizonte realizou seu primeiro censo de moradores de rua em 1998 (Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte, 1998). Porto Alegre (Abreu, P. B. e J. Cruz Prates, 1999) também promoveu uma contagem dos moradores de rua da cidade, antecedendo ao levantamento das condições sociais e de saúde mental desta população, também em 1998. A Secretaria da Família e Bem Estar Social realizou, anteriormente ao levantamento censitário, três contagens dos moradores de rua paulistanos, em 1994, 1996 e 1998.

⁶ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A unidade dos levantamentos censitários é o domicílio e o grupo residente.

⁷ Também nos Estados Unidos os moradores de rua não são incluídos nos levantamentos censitários regulares (vide <http://www.census.gov/>).

⁸ Os moradores de rua albergados também não têm domicílio conhecido pois o pernoite nestes locais é temporário e dependente do número de vagas disponíveis.

⁹ A demora na contagem pode resultar em “contar duas vezes” o mesmo morador de rua, dada a possibilidade de seu deslocamento pela área da pesquisa.

proteção aos pesquisadores, coordenação das atividades de campo, manutenção de equipe de apoio ao levantamento de campo e inúmeras outras condições. Embora tais dificuldades sejam de natureza distinta àquelas colocadas pelas características da população, quando somadas a elas configuram o elenco de decisões a serem tomadas para a realização de um trabalho que, com precisão, possa dar o número de população em situação de rua da cidade.

- a área da pesquisa

A área urbana da cidade de São Paulo é de aproximadamente 1.500 km², dividida em 96 distritos administrativos. Abrigava em 2000 uma população de quase 10 milhões de habitantes e em 2003 quase 10,7 milhões. Sua área não urbanizada é bastante reduzida. Dado o porte da cidade, o primeiro procedimento adotado foi dividi-la em distritos censitários¹⁰ que facilitassem o planejamento do trabalho de campo.

O critério para divisão da cidade em distritos censitários foi duplo. Seria desejável, em primeiro lugar, que os limites destas subáreas dificultassem a mobilidade de “pessoas de rua” entre elas, minimizando a possibilidade de dupla contagem e sub-enumeração. Procurou-se, desta forma, encontrar limites físicos que dificultassem a circulação das pessoas em situação de rua: rios, vias expressas ou grandes áreas vazias. Em segundo lugar e também com o objetivo de minimizar a dupla contagem e a sub-enumeração, cada um dos distritos censitários deveria ser recenseado em uma única noite.

Foram definidos 9 distritos censitários como resultado da avaliação das características naturais e urbanas da cidade, associadas às informações sobre a distribuição da população pelos 96 distritos municipais, sua mobilidade diurna e noturna, hábitos relativos à demanda de serviços a eles ofertados e outros dados complementares. Foram preservados os limites dos distritos municipais que, agregados, compuseram os distritos censitários.

As informações sobre mobilidade, pontos de concentração e hábitos das pessoas em situação de rua foram, em grande parte, fornecidas pelas instituições que trabalham com esta população - ONG's, instituições religiosas evangélicas e católicas. Transmitidas oralmente, estas informações constituíram, dado o reduzido número de trabalhos disponíveis no Brasil, a fonte de dados disponível mais atualizada, completa e relevante sobre esta população. Igualmente importantes foram os relatos e informações fornecidos pelos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, SAS.

- definição das áreas de busca

Dividida a cidade em distritos censitários, pode-se examinar, para cada um deles, as subáreas em que se esperava a presença de pessoas em situação de rua. Isto porque, a literatura existente, informações dos técnicos da SAS e instituições que auxiliavam o planejamento do censo confirmavam a existência de pontos de atração para a população que, desta forma, não se distribuía aleatoriamente pelos diversos distritos da cidade.

Aceita a hipótese da não aleatoriedade da distribuição da população, foram localizados espacialmente, em cada distrito, todos os elementos apontados como sendo possíveis pontos de atração: áreas comerciais, grandes avenidas, viadutos, praças, estações de metrô, terminais rodoviários, depósitos de sucata e papelão, mercados municipais, construções abandonadas,

¹⁰ Não guardam nenhuma relação com os distritos censitários do IBGE. A relação dos distritos municipais agrupados por distrito censitário é apresentada em anexo.

cemitérios, prontos socorros públicos, igrejas, albergues, casas de convivência. O mapeamento foi completado com os endereços dos pontos de pernoite identificados pela SAS em 1998 e pelas chamadas da Operação Inverno de 1999.

Em cada distrito censitário foram definidas as áreas a serem percorridas que incluíam todos os pólos de atração, todos os pontos onde haviam sido encontradas pessoas em situação de rua, todas as grandes avenidas e seus corredores de acesso.

- definição dos trajetos e roteiros

Os distritos censitários foram divididos em 81 setores censitários que, por definição, correspondiam à área a ser percorrida por uma equipe em uma única noite. Os setores censitários incluíam todos os pontos de atração e o número de setores, por distrito, variou em função do número e distribuição dos pontos de atração.

Em cada setor censitário foi definido o percurso a ser seguido pelos recenseadores, denominado “roteiro”, indicando a seqüência de quadras a serem percorridas.

Os roteiros foram marcados nas respectivas páginas do Mapa Oficial da Cidade (MOC), evitando eventual dupla contagem ou sub-enumeração decorrente da atuação simultânea das equipes de campo. Nestes roteiros estavam apontados o entorno da área sob responsabilidade de cada equipe de campo, as ruas que necessariamente deveriam ser percorridas e pontos de pernoite previamente identificados. As equipes de recenseadores receberam instruções para coletar informações, junto às próprias pessoas em situação de rua ou outras pessoas presentes nas áreas a serem percorridas, quanto à existência de outros locais que, eventualmente, poderiam abrigar pessoas em situação de rua. Estes possíveis novos pontos eram também verificados pela própria equipe de campo que obtivera a informação ou pela equipe responsável pela área onde se localizava.

- o recenseamento nos cemitérios

A impossibilidade de recensear os cemitérios no período noturno exigiu um conjunto de atividades particulares. Foi realizada, inicialmente, uma fase exploratória abrangendo todos os cemitérios da cidade. Nesta etapa, mediante entrevistas com seus administradores, vizinhança e inspeção do próprio local, foram excluídos aqueles onde não havia nenhum registro, evidência ou menção quanto à presença de pessoas em situação de rua.

Identificados os cemitérios a serem recenseados, equipes de campo foram colocadas, antes da abertura dos portões, nas saídas e outros possíveis locais de acesso como, por exemplo, muros caídos, e abordadas as pessoas em situação de rua que saíam. Os cemitérios foram incluídos como parte da área a ser percorrida pelas equipes de campo e foram recenseados na mesma noite e madrugada do distrito censitário ao qual pertenciam.

- os procedimentos para o recenseamento nos albergues da cidade

O recenseamento das pessoas em situação de rua nos albergues envolveu um menor número de procedimentos de trabalho de campo, dada a menor dificuldade de localização e identificação da população.

Inicialmente foram arrolados todos os albergues estaduais e municipais conveniados; procurou-se identificar, também, os locais de abrigo noturno que entidades religiosas ou instituições privadas colocam à disposição das pessoas em situação de rua.

A contagem das pessoas em situação de rua albergadas foi realizada na mesma noite do recenseamento do distrito censitário onde se localizavam. As equipes de entrevistadores, com a anuência da administração, permaneciam nos albergues desde a abertura até o horário em que terminava a admissão para pernoite, abordando as pessoas em situação assim que eram admitidas no albergue.

- treinamento dos recenseadores

O treinamento dos entrevistadores foi dividido em duas fases. A primeira delas consistiu em um conjunto de seminários sobre pessoas em situação de rua realizados por pesquisadores da área, técnicos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e integrantes de instituições que trabalham com a população. Os seminários tinham como objetivo apresentar e discutir com os futuros recenseadores as questões mais relevantes para o trabalho: definição de morador de rua, seus hábitos, linguagem, códigos de conduta, as peculiaridades das condições de rua das crianças e adolescentes, formas de abordá-los e condições de segurança dos entrevistados. A diversidade dos palestrantes procurou garantir uma visão pluralista da população moradora de rua, enfocada sob diferentes ângulos.

A segunda fase destinou-se ao treino específico com o instrumento de coleta de informações e procedimentos a serem seguidos no campo. Ao término desta segunda etapa, os candidatos foram testados em campo e selecionada a equipe definitiva, que contou com 90 recenseadores.

Os supervisores de campo foram selecionados entre pesquisadores com experiência comprovada e extensa em trabalho de campo na área social, mediante análise de currículo e entrevistas pessoais.

- formação das equipes

As equipes de campo eram compostas por 10 entrevistadores, agrupados em cinco duplas e um supervisor de campo. O supervisor acompanhava diretamente o trabalho de campo e se comunicava com seus recenseadores por telefone celular. O controle dos roteiros, a inclusão de novos pontos, eventuais ocorrências de campo estavam sob seu controle e responsabilidade, bem como o contato com a equipe de planejamento que acompanhava, do escritório, o trabalho de campo.

As equipes de campo incluíram também ex-pessoas em situação de rua e integrantes de instituições que trabalham junto a esta população, denominados "facilitadores do trabalho de campo". Acompanharam as equipes recenseadoras durante o levantamento, fornecendo informações quanto aos pontos de concentração da população, códigos de conduta, pontos de pernoite e outros dados relevantes, sem participar, contudo, da coleta dos dados.

As equipes eram acompanhadas por seguranças profissionais¹¹ e por veículos. A equipe de apoio que acompanhava o desenrolar dos trabalhos no escritório, orientava o andamento do trabalho e resolvia eventuais problemas que fugiam da alçada do supervisor.

¹¹ A segurança das equipes de campo poderia ter sido realizada pela Guarda Metropolitana, uma vez que se tratava de trabalho realizado para uma secretaria municipal. Julgou-se, porém, que sua presença poderia causar eventuais receios e retração dos moradores de rua.

- os instrumentos de coleta das informações

Foram utilizadas duas fichas para coleta das informações. A primeira continha as questões para identificação das pessoas em situação de rua e era aplicada a todas as pessoas encontradas nas áreas que apresentavam alguma probabilidade de pertencer a esta população. Confirmada a inclusão na população, os dados pessoais eram registrados na mesma ficha.

A segunda ficha registrava o endereço exato do local onde o morador de rua era abordado, passando a ser denominado "ponto", bem como o tipo predominante de ocupação do solo: atividades comerciais, industriais, residenciais ou mistas.

- coleta das informações

O trabalho de campo tinha início às 22 horas, estendendo-se até o término do último roteiro, exclusive as sextas feiras, os finais de semana e os dias de chuva. Isto porque, nos finais de semana aumenta significativamente o fluxo de pessoas de baixa renda no período noturno em algumas áreas da cidade, crescendo as dificuldades de identificação das pessoas em situação de rua e, além disso, parte da própria população de rua se desloca para as regiões de maior fluxo noturno, o que altera sua distribuição espacial da cidade. Desse modo, a realização da pesquisa nesses dias levaria a um viés na estimação do número de pessoas em situação de rua da cidade. As noites de chuva, por outro lado tornam as pessoas em situação de rua menos visíveis.

O trabalho de campo foi realizado em 9 noites, entre os dias 09 e 28 de fevereiro de 2.000.

- os resultados do recenseamento

Foram recenseados 8.706 pessoas em situação de rua. Destes, 5.013 foram encontrados nas ruas e demais logradouros da cidade e 3.693 encontravam-se nos albergues. Não foram encontrados pessoas em situação de rua em 7 dos distritos municipais¹² pesquisados e um dos distritos não foi recenseado por não se dispor de informações *a priori* quanto à presença de pessoas em situação de rua¹³.

A distribuição espacial das pessoas em situação de rua mostrou uma forte concentração em 26 dos distritos recenseados; cerca de 91% da população foi encontrada nos distritos de Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Santana, Barra Funda, Belém, Campo Belo, Ipiranga, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Lapa, Mooca, Penha, Pinheiros, Santo Amaro, Saúde, Tatuapé, Vila Leopoldina, Vila Mariana¹⁴. Do total de pessoas em situação de rua encontrados nesses 26 distritos, 54 % estavam pernoitando nas ruas e demais logradouros da cidade, enquanto cerca de 46% encontravam-se albergados. Nos demais 69 distritos recenseados foram encontrados 616 pessoas, com uma média de 9 pessoas por distrito. A Figura 1.1 traz a distribuição espacial das pessoas em situação de rua nos distritos municipais de São Paulo).

¹² Cidade Líder, Jardim Ângela, Parelheiros, Pedreira, Tremembé, Vila Andrade e Vila Curuçá.;

¹³ Engenheiro Marsilac, situado no extremo sul do município de São Paulo.

¹⁴ Em anexo o número de moradores encontrados nos 26 distritos mencionados.

figura 1
distribuição das pessoas em situação de rua nos distritos municipais,
segundo o Censo de pessoas de rua de 2000.

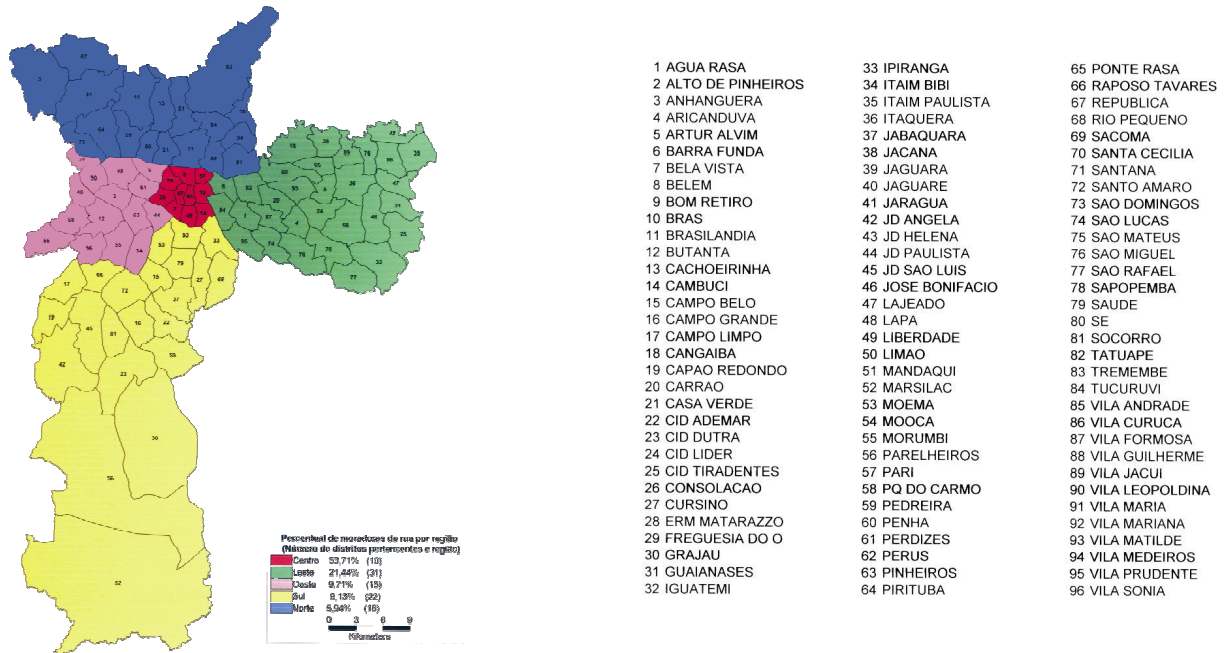


figura 2
distribuição das pessoas em situação de rua nos distritos municipais, segundo o Censo de pessoas de rua de 2000.

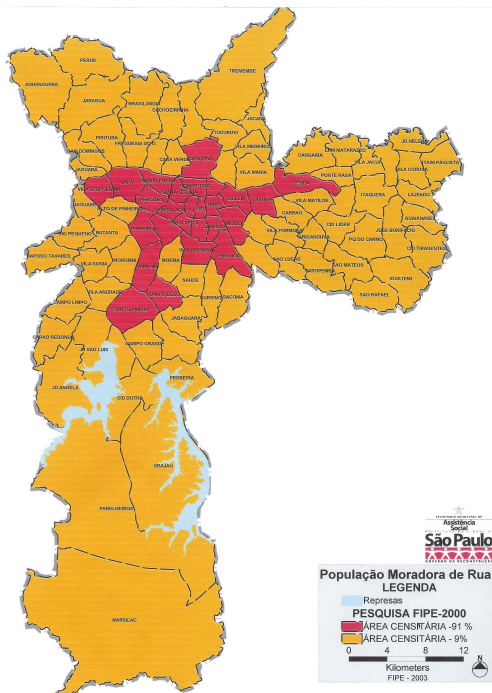
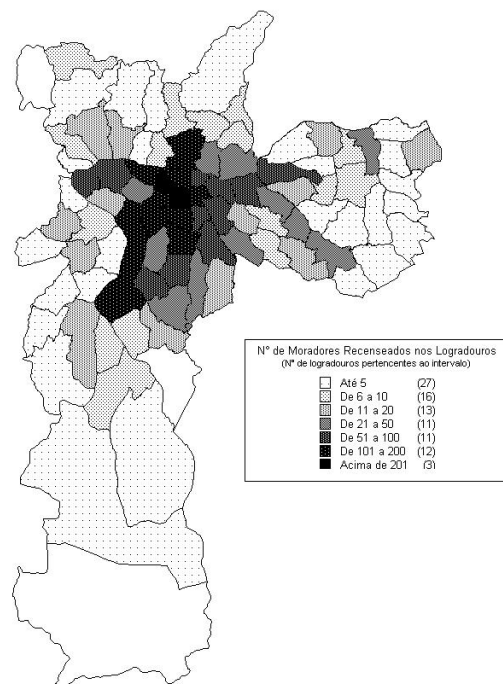


figura 3
distribuição das pessoas em situação de rua recenseadas nos logradouros, segundo o Censo de pessoas de rua de 2000.



1.2. a contagem de pessoas em situação de rua em 2003

A pesquisa de 2003 se beneficiou do acúmulo de conhecimentos gerado pelo censo de 2000. No que se refere à metodologia de campo, foram utilizados os mesmos procedimentos adotados em 2000. As especificidades da contagem de 2003 estão relacionadas à área de cobertura da pesquisa em caráter amostral, descritas a seguir.

- objetivos

A contagem realizada em outubro de 2003 respondeu a duas questões principais: a) quantos são as pessoas em situação de rua e b) qual a distribuição espacial dessa população nos distritos pesquisados na área central da cidade? Desejava-se obter, adicionalmente, informações sobre variáveis demográficas e sócio econômicas da população. A definição da população foi, rigorosamente, a mesma empregada em 2000.

O levantamento realizado em 2003 teve como referência o censo de 2000, cujos resultados permitiram combinar procedimentos censitários na área central da cidade e estimativa por nos demais distritos pesquisados. Assim, foram recenseados 11 distritos da área central – Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci e Santana¹⁵ - e foi realizada uma amostragem em: Barra Funda, Belém, Campo Belo, Carrão, Ipiranga, Jabaquara, Jardim Paulista, Lapa, Mooca, Penha, Perdizes, Pinheiros, Santo Amaro, Tatuapé, Vila Leopoldina, Vila Mariana e Vila Prudente. Segundo o censo de 2000, mais de 90% das pessoas em situação de rua encontravam-se nos distritos que integram a “área censitária” e a “área amostrada”.

Restrições orçamentárias e de tempo, em 2003, recomendavam a redução da duração do trabalho de campo e, desta forma, nos custos do levantamento. Os resultados do censo de 2000, por outra parte, favoreceram a elaboração de um –esquema amostral para levantamento das informações, viabilizado pelo conhecimento da distribuição espacial das “pessoas de rua” na cidade obtido em 2000. Poder-se-ia responder às questões colocadas como objetivo do trabalho mediante esquema amostral, aplicado a todos os distritos pesquisados.

A decisão de combinar uma “área amostrada” com uma “área censitária” decorreu do entendimento de que seria útil obter-se os dados da área central com a mesma metodologia empregada em 2000, para permitir comparações dos dados por distrito, nos dois levantamentos e para se ter informações mais detalhadas da distribuição espacial dessa população nos distritos centrais, sabidamente com alta densidade de população em situação de rua. Assim, para os 11 distritos da área censitária, os resultados obtidos podem ser comparados par a par e, também, agregados para qualquer subconjunto de distritos de interesse. Para a “área amostrada”, o número total de pessoas pernitando nas ruas e demais logradouros da cidade não pode ser desagregado por distrito, mas é possível, no entanto, desagregar os dados em termos de regional SAS. Para os albergados, entretanto, o levantamento obteve o número total de pernites em todos os albergues existentes nos distritos pesquisados, procedimento que permite o mesmo tratamento dados aos dados da área censitária.

¹⁵ Excluindo-se Santana, os 10 distritos restantes integram a antiga Administração Regional da Sé; excluindo-se Santana, Brás e Pari, os distritos restantes formam a atual Subprefeitura da Sé.

- quadro de referência para o levantamento de campo

As informações dadas pelo Censo de 2000 não esgotaram o conjunto de dados necessários ao trabalho de 2003. Complementarmente às informações censitárias, a FIPE montou um “quadro de referência” para 2003, a partir de reuniões com técnicos das regionais de SAS, instituições que trabalham com pessoas em situação de rua, trabalhos acadêmicos realizados entre 2000 e 2003 e registros das operações de SAS durante o ano de 2002/2003.

As informações obtidas nas reuniões e contatos permitiram atualizar os “pontos de atração da população em situação de rua” definidos em 2000, incluindo novos pontos de serviços e de agrupamentos espontâneos de pessoas, informações sobre cemitérios e eventuais mudanças nos hábitos de deslocamentos da população. Permitiram, também, checar, junto às equipes regionais, eventuais alterações na distribuição espacial das pessoas em situação de rua na cidade, hipótese fundamental para a utilização dos dados de 2000. Foram acrescentados três distritos à relação inicialmente proposta – Carrão, Vila Prudente e Jabaquara – pois, segundo avaliação das regionais de SAS, esses distritos, em relação ao ano de 2000, passaram a apresentar uma maior concentração de pessoas em situação de rua. Ainda segundo avaliação das regionais, a distribuição da população de pessoas em situação de rua apresentou poucas alterações, entre 2000 e 2003, mantendo-se praticamente a mesma.

- o esquema amostral

O levantamento das informações junto aos “albergados” e às “pessoas nas ruas” seguiu procedimentos diferentes, atendendo às especificidades de cada um dos grupos.

A sub-população das “pessoas” encontradas nas ruas exigiu maiores cuidados na execução da pesquisa. Sendo uma população em constante deslocamento pela cidade, a velocidade em que a coleta das informações deveria ser feita constituiu uma importante preocupação¹⁶ da equipe responsável, impondo, inclusive, a minimização do número de questões a serem feitas aos entrevistados. Adicionalmente, a realização do trabalho de campo à noite, até altas horas da madrugada, exigiu o estabelecimento de estratégias que garantissem a segurança da equipe de campo e a qualidade das informações levantadas.

Seguindo critérios semelhantes ao do censo de 2000, a área da pesquisa foi dividida em distritos e setores censitários, permitindo a divisão do trabalho de campo em 5 noites, o que assegurou a velocidade necessária e a qualidade das informações. As condições para realização das entrevistas nos albergues são menos difíceis que na rua, possibilitando diferentes procedimentos na coleta as informações.

- a amostra das áreas: pessoas pernoitando nas ruas

Uma dificuldade inicial foi encontrar um sistema de referência¹⁷ que balizasse o plano amostral. O fato da população de rua não ter domicílio fixo e se locomover pela cidade, obrigou que fosse realizado um sorteio de áreas. Uma vez sorteada uma área, essa deveria ser percorrida pelas equipes de campo. O ponto de partida para o sorteio foi o Mapa Oficial da Cidade (MOC). O

¹⁶ Presente, como já mencionado, também no Censo de 2000.,

¹⁷ Sistema de referência é a listagem de unidades amostrais que é utilizado no sorteio da amostra.

mapa apresenta todos os bairros do município agrupados em setores fiscais¹⁸. Desse modo, elaborou-se um sistema de referência com os setores fiscais presentes em cada distrito administrativo¹⁹ essas áreas definem as “unidades amostrais primárias” (UAP) da amostragem.

As UAP foram agrupadas segundo a regional da SAS à qual pertencem e cada regional foi tratada como uma sub-população²⁰, de modo a permitir a expansão dos resultados por regional, com controle do erro amostral.

O Censo de 2000 forneceu o número de pessoas em situação de rua encontrados em cada unidade amostral primária. Assumiu-se a hipótese de que a distribuição espacial das pessoas em situação de rua mantinha-se similar à encontrada em 2000. A partir de informações fornecidas por técnicos da SAS e por organizações que atuam junto a essa população, assumiu-se que os locais com maiores concentrações de pessoas em 2000, continuariam a ter uma alta presença dessa população. Utilizando essas informações, as UAPs de cada região de estudo foram estratificadas segundo o número de pessoas encontrados no censo, definindo regiões com alta concentração, concentração média e baixa concentração. O número de estratos variou por regional, haja vista as diferentes concentrações de pessoas em situação de rua encontradas em 2000. Associou-se, aos estratos um “grau de incidência esperado” de morador de rua. Na maioria das regionais, os estratos com maior incidência foram selecionados com probabilidade um. Para a determinação do número de regiões a serem amostradas por estrato foram utilizados os dados do censo 2000. Através dessas informações foi possível estabelecer o número mínimo de regiões que levasse a um erro amostral máximo em torno de 5% na estimação do número de pessoas para a totalidade da área amostrada, com uma confiança de 90%.

tabela 1

dimensionamento amostral – número de unidades amostrais primárias por região

região	distritos	população	amostra
Centro	Bela Vista, Bom Retiro, Bras, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília, Sé	-	Censo
Lapa	Barra Funda, Lapa, Perdizes, Vila Leopoldina	17	11
Moóca	Belém, Carrão, Mooca, Tatuapé	21	14
Santo Amaro	Campo Belo, Santo Amaro	7	4
Oeste	Itaim Bibi, Jardim Paulista, Pinheiros	13	9
Leste	Penha	6	4
Norte	Santana	-	Censo
Sul	Jabaquara, Vila Mariana	10	6
Sudeste	Ipiranga, Vila Prudente	8	6
total		82	54

Nota: Na região Centro incluindo Bela Vista, Bom Retiro, Bras, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília, Sé e Norte incluindo Santana foi realizado estudo censitário.

¹⁸ Setor fiscal é um agrupamento de bairros fronteiros utilizado pela Secretaria de Finanças.

¹⁹ Há setores que cruzam mais de um distrito, nesse caso, para efeito do sistema de referência ele foi dividido de acordo com os limites distritais, sendo cada uma dessas divisões considerada um novo setor.

²⁰ Primeiro critério de estratificação.

Para todas as pessoas encontradas pernoitando nas ruas e demais logradouros da cidade, nas áreas recenseada e amostrada, foi aplicado o questionário para obtenção das informações demográficas e sócio econômicas.

- os procedimentos para contagem nos albergues

Foram recenseados todos os 34 albergues e abrigos especiais existentes na área da pesquisa. Para obtenção do número de pessoas que pernoitavam nesses estabelecimentos, foi encaminhado a cada um deles um formulário com os procedimentos a serem seguidos para registro do número de pessoas atendidos, cadastrados ou não. A cada noite, eram registradas as admissões, nas mesmas áreas em que o levantamento de campo estava sendo realizado. Garantiu-se, desta forma, dados sobre o total de pessoas pernoitando nos albergues da região da pesquisada. -O levantamento do número de pessoas albergadas, portanto, foi censitário. Em anexo, a relação dos albergues recenseados.

Para obtenção de informações demográficas e sócio econômica sobre as pessoas de albergues adotou-se um procedimento amostral. Os albergues foram estratificados segundo o público atendido (homens, mulheres, famílias ou mistos) e região, definidas pelos distritos a serem percorridos em cada dia de campo. Após a estratificação, os albergues foram sorteados aleatoriamente e selecionados 40 albergados, em cada um deles, para responder às questões de caracterização demográfica e sócio econômica. O critério de seleção dos entrevistados foi sistemático, garantindo a aleatoriedade da amostra. Em anexo, os detalhes técnicos do plano amostral.

- os instrumentos para coleta das informações

O levantamento das informações foi realizado mediante três instrumentos distintos (vide anexo V). O primeiro deles destinava-se a caracterizar o local em que se dava a abordagem das pessoas nas ruas. Foram obtidas informações quanto ao local em que se encontrava o morador de rua (calçada, sob marquise, praças, etc), sobre a área (comercial, industrial, residencial ou mista), número de pessoas encontradas no local, presença de carrinhos de “catação” e de animais. As informações resultavam da observação direta do entrevistador.

O segundo instrumento de coleta das informações tinha por objetivo levantar informações sobre algumas variáveis demográficas das pessoas pernoitando nas ruas, mobilidade espacial do entrevistado durante o dia, locais alternativos de pernoite e razões para não se encontrar em um albergue (na noite da entrevista). As informações eram dadas pelo entrevistado. O questionário iniciava-se com questões “filtro” destinadas a identificar o entrevistado como morador de rua ou como um usuário noturno da cidade.

O terceiro instrumento de coleta de informações foi preparado para as entrevistadas nos albergues. Dada a mais confortável condição da abordagem e entrevista, o questionário para as pessoas albergadas era mais extenso e incluía um maior número de aspectos para a caracterização sócio-econômica. Além das informações obtidas junto às pessoas nas ruas, os albergados responderam sobre renda e ocupação.

- o planejamento do trabalho de campo e as equipes de trabalho

A contagem das pessoas de rua em 2003 foi realizada por equipe de campo composta por entrevistadores e supervisores e com consultores contratados. A interlocução com técnicos da

SAS Central e SAS Regional foi contínua, possibilitando não apenas a troca de informações mas, também, a obtenção de dados e registros necessários ao planejamento do trabalho.

A constituição da equipe FIPE atendeu ao critério de multidisciplinaridade exigido pela natureza do trabalho, sendo integrada por estatísticos, sociólogos, urbanista, geógrafo e economistas. Os entrevistadores e supervisores foram selecionados entre os estudantes ou profissionais na área das ciências sociais, todos com experiência em pesquisa de campo.

Os 100 entrevistadores selecionados foram divididos em equipes de 5 duplas, totalizando 10 equipes de campo. A equipe de campo constituiu a unidade de planejamento e execução do trabalho de campo, cada uma delas sob a responsabilidade de um supervisor.

O planejamento do trabalho de campo dividiu os distritos a serem recenseados e amostrados em áreas compatíveis com a dimensão das equipes²¹, resultando em 5 noites de levantamento de campo. Mapas da área a ser percorrida por cada uma das equipes, em cada uma das noites do trabalho de campo, foram extraídos do MOC. Nos mapas foram identificados os pontos de atração das pessoas em situação de rua, incluindo os “pontos” do censo de 2000 e os fornecidos pelas SAS Regionais. Sob a responsabilidade do supervisor, as duplas percorriam a área do mapa, obedecendo ao trajeto previamente traçado.

A FIPE contou com os veículos de SAS para transporte dos entrevistadores até as áreas de trabalho e para realização dos percursos entre áreas. Os veículos foram utilizados, ademais, para verificação da presença de pessoas em situação de rua em locais – vias expressas, por exemplo – onde o percurso a pé se fazia desaconselhável.

As equipes de campo foram integradas, também, por técnicos de SAS, por ex-pessoas em situação de rua e por técnicos de organizações que atendem a essa população; sem que tivessem participação no levantamento das informações, contribuíram, com o conhecimento das áreas e da população, para a localização das pessoas em situação de rua, para a abordagem de crianças e adolescentes e para a identificação de especificidades das diversas regiões da cidade em que o trabalho de campo foi realizado.

Cada equipe de campo era acompanhada por, no mínimo, um segurança privado não armado, contratado pela FIPE.

- a execução do trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado nas noites e madrugadas de 13, 16, 20, 21 e 22 de outubro. A equipe FIPE responsável pela pesquisa, pesquisadores e supervisores se reuniam na sede da SAS à rua Líbero Badaró – Centro no início de cada noite de trabalho, de onde partiam para o campo. Reunidas as equipes, era feita a distribuição dos mapas, questionários, verificação e crítica dos dados já obtidos e instruções para a noite de trabalho. As equipes de trabalho contavam com o apoio da equipe FIPE que permanecia em SAS durante todo o tempo em que se realizava o trabalho de campo. A comunicação entre supervisores, entrevistadores e equipe FIPE era feita por telefones celulares.

²¹ Distritos e setores censitários, definidos como do censo de 2000.

II - RESULTADOS DA CONTAGEM DE 2003 COMPARADOS AO CENSO 2000

2.1. número de pessoas em situação de rua

Estimou-se que, em 2003, existiam 10.399 pessoas em situação de rua nos 29 distritos pesquisados na cidade de São Paulo. Desse total, 4.213 (40,5%) pernoitavam nas ruas e demais logradouros da cidade, enquanto 6186 (59,5%) encontravam-se albergados. O número de pessoas em situação de rua albergadas é quase 50% superior ao total de pessoas pernoitando nas ruas, refletindo uma forte expansão no número de vagas da rede de serviços de SAS²². À estimativa das pessoas pernoitando nas ruas, na área amostrada²³, encontra-se associado um erro de (±) 145 pessoas, com 90% de confiança²⁴,

tabela 2
número de pessoas em situação de rua na área da pesquisa, 2003

área	nas ruas	albergados	total
distritos recenseados	2834	3571	6405
distritos amostrados	1379 ⁽¹⁾	2615	3994
total	4213 ⁽¹⁾	6186	10399 ⁽¹⁾

(1) margem de erro de 145 pessoas com 90% de confiança

A comparação com os números do Censo de 2000 deve ser feita com cuidado. Assim, para que se possa comparar os totais obtidos em 2000 e 2003, deve-se subtrair, dos resultados de 2000, as pessoas que pernoitavam nos distritos não incluídos no levantamento de 2003. Ainda quanto à comparação dos resultados, deve ser feita a ressalva de que o censo de 2000 foi realizado em pleno verão e o levantamento de 2003 num período relativamente frio de outubro; isso pode ter feito com que, eventualmente, a procura de albergues em 2003 tenha aumentado no período, e que o número de pessoas pernoitando nas ruas tenha sido potencialmente reduzido, embora as pessoas dos albergues estejam contadas no total da população estimada.

tabela 3
número de pessoas em situação de rua na área de pesquisa, 2000 e 2003

área	2000			2003		
	rua	albergue	total	rua	albergue	total
distritos recenseados	2934	2096	5030	2834	3571	6405
distritos amostrados	1461	1597	3058	1379 ⁽¹⁾	2615	3994 ⁽¹⁾
total	4395	3693	8088	4213 ⁽¹⁾	6186	10399 ⁽¹⁾

(1) margem de erro de 145 pessoas com 90% de confiança

²² O total de vagas oferecido pela rede de atendimento de SAS passa de 2866 em janeiro de 2001 (total no município) para mais de 6332 em outubro de 2003, número esse que corresponde ao número de vagas apenas na área da pesquisa..

²³ Como mencionado no capítulo anterior, o número de albergados foi obtido mediante recenseamento de todos os albergues da área da pesquisa. O número de albergados, portanto, não foi obtido mediante inferência estatística.

²⁴ Estima-se que, na época de realização da pesquisa, o número total de pessoas em situação de rua estava entre 10254 e 10544, com 90% de confiança e que o número dos que pernoitam nas ruas estava entre 4068 e 4358, com 90% de confiança.

figura 4
número de pessoas em situação de rua, pernoitando
nos albergues e nas ruas, 2000 e 2003

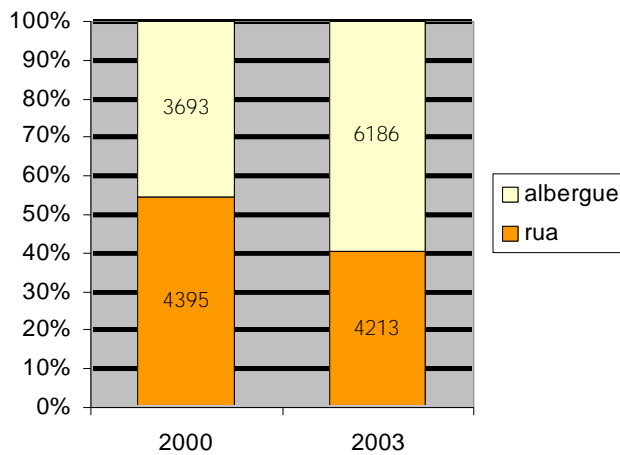
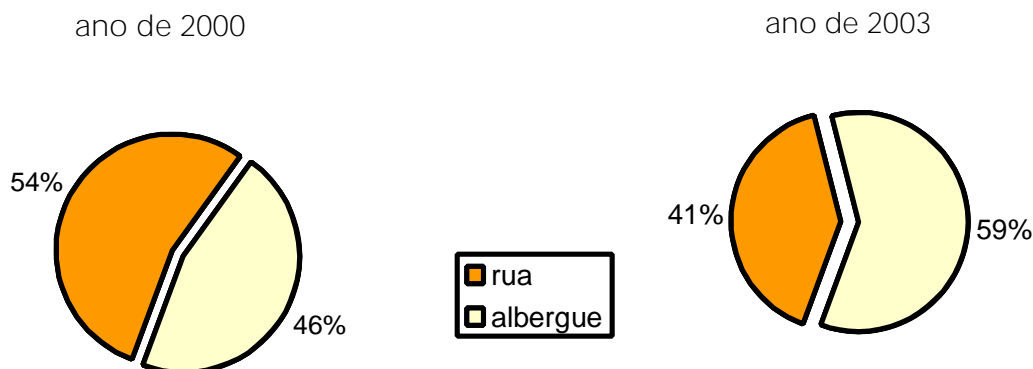


figura 5
porcentagem de pessoas em situação de rua, pernoitando nos albergues e nas ruas, 2000 e 2003



A distribuição das pessoas em situação de rua nos 29 distritos da cidade não se alterou significativamente. Assim, a área central da cidade e Santana (os 11 distritos recenseados) abrigavam, em 2000, 62,2% das pessoas em situação de rua, passando este percentual para 61,6% em 2003²⁵. A distribuição da população entre albergados e pessoas pernoitando nas ruas nesses distritos, entretanto, se alterou: em 2000, 58,3% pernoitavam nas ruas, enquanto que, em 2003, esse percentual caiu para 44,2%. Assim embora o número absoluto de pessoas pernoitando nas ruas da área central tenha praticamente se mantido, entre 2000 e 2003, sua participação na população total caiu refletindo, como já mencionado, a forte expansão da rede de atendimento de SAS.

A distribuição das pessoas em situação de rua nos 11 distritos recenseados mostra forte concentração em República, Pari, Santa Cecília e Sé. A desagregação dos totais, entretanto, mostra que, nesses distritos, varia a participação dos pessoas pernoitando em albergues. Assim, no Pari, o total encontrado reflete fortemente o número de albergados, enquanto que em Sé, a maior

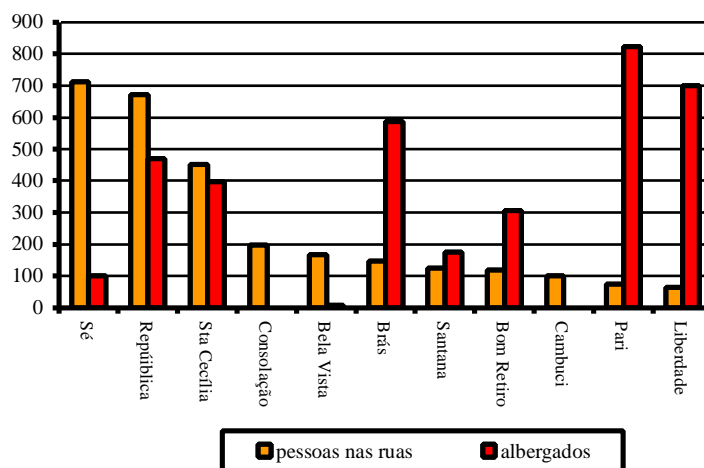
²⁵ Não há erro associado à estimativa, uma vez que os distritos da área central foram todos eles recenseados.

participação refere-se às pessoas pernitando nas ruas. O total encontrado em Santa Cecília, entretanto, mostra participação bastante equitativa entre albergados e pessoas pernitando nas ruas.

tabela 4
número de pessoas em situação de rua nos distritos recenseados, 2003

distritos	nas ruas	albergados	total
Sé	713	101	814
República	671	470	1141
Liberdade	64	700	764
Bela vista	168	9	177
Consolação	198	-	198
Santa Cecília	452	397	849
Bom Retiro	120	307	427
Pari	75	823	898
Brás	147	588	735
Cambuci	100	-	100
Santana	126	176	302
total	2834	3571	6405

figura 6
número de pessoas em situação de rua nos distritos recenseados, 2003



A comparação da distribuição das pessoas em situação de rua recenseadas em 2000 e 2003, nos distritos centrais da cidade mostra que, entre 2000 e 2003, o número de pessoas pernitando nas ruas manteve-se praticamente o mesmo em todos os 11 distritos, excetuando Liberdade com uma redução de quase 50%. O mesmo não ocorre com o número de albergados que experimentou um considerável aumento em República, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari e, em menor proporção, na Sé. Apenas no Brás e Santana houve redução.

tabela 5
número de pessoas em situação de rua nos distritos recenseados, 2000 e 2003

distrito	rua		albergue		total	
	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Sé	773	713	47	101	820	814
República	715	671	81	470	796	1141
Liberdade	109	64	627	700	736	764
Bela Vista	138	168	14	9	152	177
Consolação	167	198	-	-	167	198
Santa Cecília	434	452	51	397	485	849
Bom Retiro	151	120	6	307	157	427
Pari	69	75	249	823	318	898
Brás	180	147	791	588	971	735
Cambuci	74	100	-	-	74	100
Santana	124	126	230	176	354	302
total	2934	2834	2096	3571	5030	6405

figura 8
distribuição espacial das pessoas em situação de rua nos distritos centrais da cidade, 2000

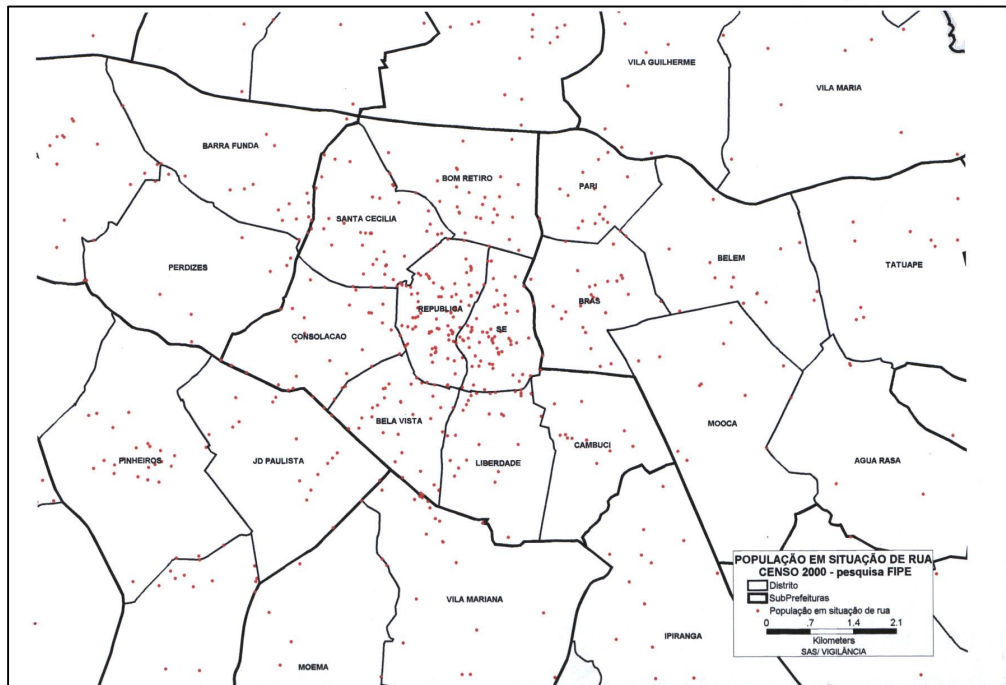


figura 9
distribuição espacial das pessoas em situação de rua nos distritos centrais da cidade, 2003

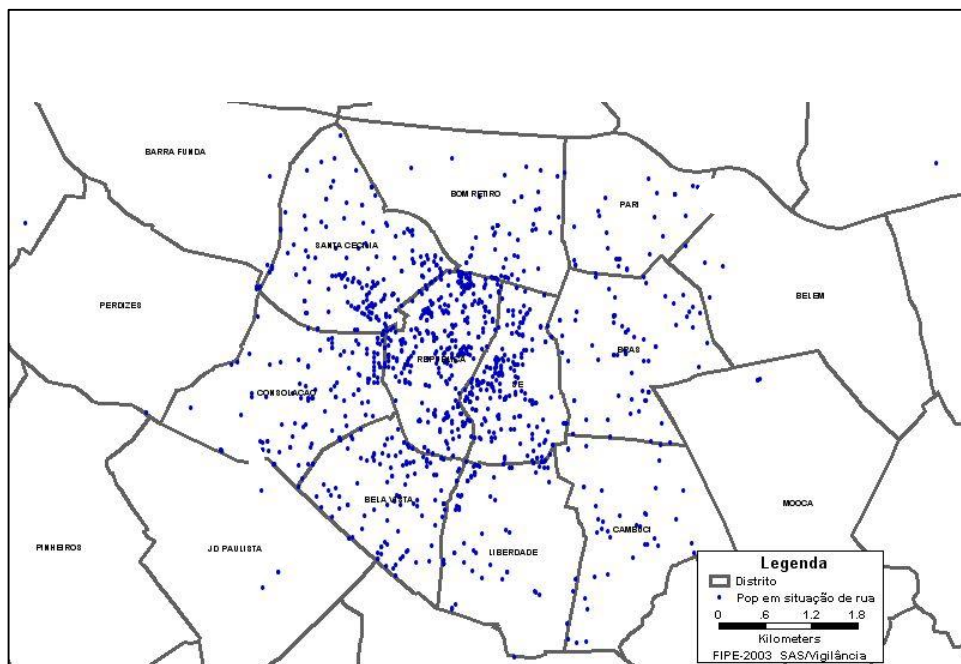
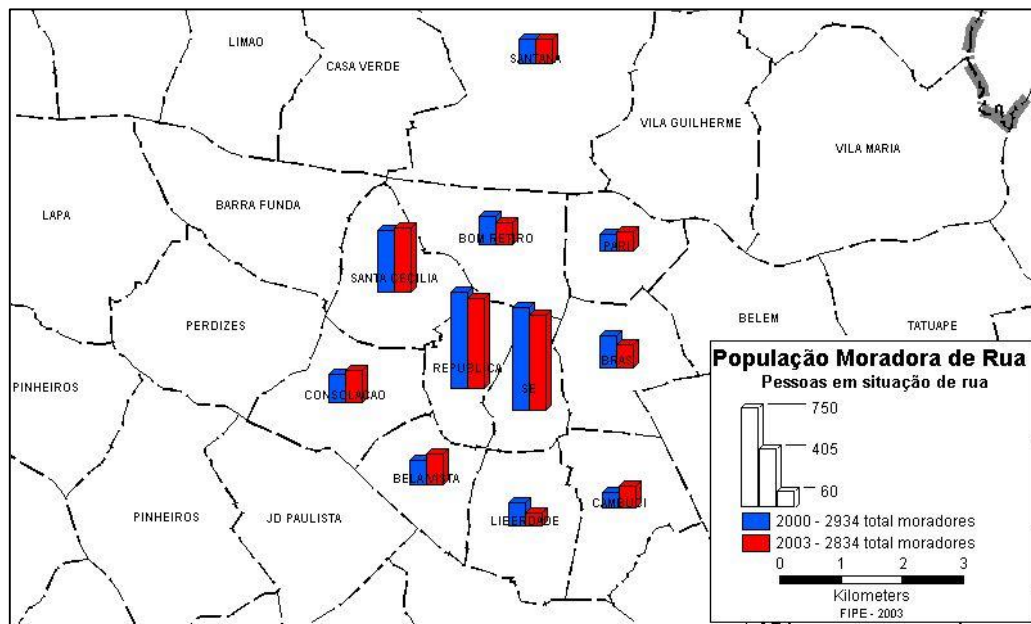


figura 10
comparativo 2000 e 2003, conforme localização das pessoas em situação de rua, por distrito da cidade



Deve-se esclarecer que nem todos os distritos estão presentes na área da pesquisa; por exemplo, na Região Santana/Tremembé, apenas o distrito Santana foi incluído na pesquisa e, desse modo, os resultados apresentados referem-se apenas a ele. A agregação dos resultados por região, desta forma, deve ser tomada com esta qualificação.

Além da estimativa pontual do número de pessoas nas ruas foi realizada, uma estimativa da margem de erro dos resultados com 90% de confiança²⁶. Essa informação está representada nas colunas do intervalo de confiança.

tabela 6
número de pessoas em situação de rua por região, 2003

região	distritos	número de pessoas	erro-padrão	margem de erro - 90% de confiança	intervalo de 90% de confiança	
Oeste	Itaim Bibi, Jardim Paulista, Pinheiros	280	56	92	188	372
Sudeste	Ipiranga, Vila Prudente	86	10	16	70	102
Lapa	Barra Funda, Lapa, Perdizes, Vila Leopoldina	338	18	30	308	368
Moóca	Belém, Carrão, Mooca, Tatuapé	373	58	96	277	469
Leste	Penha	40	1	2	38	42
Santo Amaro	Campo Belo, Santo Amaro	134	10	16	118	150
Centro ¹	Bela Vista, Bom Retiro, Bras, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília, Sé	2708	-	-	-	-
Norte ¹	Santana	126	-	-	-	-
Sul	Jabaquara, Vila Mariana	128	27	44	84	172
total		4213	88	145	4068	4358

¹⁾ distritos recenseados e, portanto, sem erro associado ao número de pessoas em situação de rua encontrados.

²⁶ Isso quer dizer que para 90% das possíveis amostras, espera-se que o número real de moradores de rua presentes em cada SAS não se afaste da estimativa pontual por mais do que a margem de erro. Considerando, por exemplo, a região da Lapa, estima-se a presença de 338 moradores com uma margem de erro de 30, ou seja espera-se, com 90% de confiança, que o número real de moradores na rua nesse distrito esteja entre 308 (338-30) e 368 (338+30).

Com exceção da região do Centro, as regiões da Lapa e Mooca são as que possuem distritos na área da pesquisa com maior incidência de pessoas em situação de rua.

tabela 7
número de pessoas em situação de rua por região SAS, 2000 e 2003

região	distrito	2000	2003	2003 - intervalo de 90% de confiança	
Oeste	Itaim Bibi, Jardim Paulista, Pinheiros	399	280	188	372
Sudeste	Ipiranga, Vila Prudente	109	86	70	102
Lapa	Barra Funda, Lapa, Perdizes, Vila Leopoldina	299	338	308	367
Mooca	Belém, Carrão, Mooca, Tatuapé	253	373	277	469
Leste	Penha	58	40	38	42
Santo Amaro	Campo Belo, Santo Amaro	197	134	118	150
Centro ¹	Bela Vista, Bom Retiro, Bras, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília, Sé	2810	2708	-	-
Norte ¹	Santana	124	126	-	-
Sul	Jabaquara, Vila Mariana	146	128	84	172
total		4395	4213	4068	4358

Ao se comparar o número de pessoas em situação de rua nos distritos das regiões, nota-se um aumento estatisticamente significativo²⁷ nas regiões da Lapa (13%) e da Mooca; em Santana o número de pessoas manteve-se praticamente estável e, nas demais, houve uma redução nesse número, com exceção de Vila Mariana e Jabaquara, cujo resultado de 2000 encontra-se dentro da margem de erro da pesquisa de 2003.

2.2. local onde foram encontrados as pessoas pernoitando nas ruas

Denominou-se “ponto” o local onde as pessoas pernoitando nas ruas eram abordadas. Mediante uma ficha destinada especificamente ao registro das características desse local, foram levantadas informações sobre o entorno, o número de pessoas encontradas, a presença de carrinhos de catação e o endereço. Estima-se a existência de 2.223 “pontos”, ou endereços.

A distribuição das pessoas em situação de rua por local da abordagem, evidencia a alta concentração dos pernoites em calçadas, sob marquises, viadutos e praças. Em ordem decrescente, aparecem as calçadas, áreas externas de imóveis, desocupados ou não, praças e viadutos.

tabela 8
local onde foram encontrados as pessoas em situação de rua

local	frequência	%
calçada	1269	57,1
área externa de imóvel	452	20,3
praça	208	9,4
baixos de viaduto	172	7,7
outros	116	5,2
sem informação	6	*
total	2223	100,0

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção

²⁷ Margem de erro de 90%.

Na categoria “outros” encontram-se, com reduzida frequência: terrenos baldios, mocós, cemitérios, casas abandonadas, depósitos, carrinhos/veículos.

Quanto a característica da área, confirma-se a predominância de áreas comerciais, já identificada no Censo de 2000 e em outros trabalhos realizados. São as áreas comerciais que possibilitam melhores condições para o abrigo noturno, catação e oferta de alimentos. A diferença entre o número de pessoas entre o período diurno e noturno e a maior abundância de lixo nessas regiões, entre outros fatores, contribuem para explicar a concentração.

tabela 9
característica da área onde foram encontradas as pessoas em situação de rua

características	freqüência	%
comercial	1113	50,1
misto	762	34,3
via expressa	132	5,9
residencial	128	5,8
industrial	43	1,9
outros	35	1,6
sem informação	10	-
total	2223	100

As informações sobre as condições em que eram abordadas as pessoas em situação de rua permitiram, também, estimar o número de pessoas por “ponto”. A relação entre as pessoas pernoitando nas ruas com o número de pessoas encontradas por “ponto”, em que se realizou a abordagem, mostrou que a maioria das pessoas encontrava-se só: apenas em 703 pontos foram encontrados grupos e, em aproximadamente 50% desse total, esses grupamentos eram formados por apenas duas pessoas. O número máximo de pessoas encontradas em um ponto foi de 40 pessoas de rua, condição, entretanto, pouco freqüente.

tabela 10
número de pontos agregados por número de pessoas em situação de rua

número de pessoas	número de pontos	%
1	1520	68,4
2	348	15,7
3 a 5	232	10,4
6 a 10	98	4,4
11 ou mais	25	1,1
total	2223	100

A estimativa do número de carrinhos de catação presentes entre as pessoas das rua foi preocupação explícita de SAS, haja vista a importância dessa atividade para a obtenção de renda monetária para esta população. Uma das demandas localizadas pelas pessoas de rua, que são catadores, é a possibilidade de guardar seus carrinhos (ou carroças) nos albergues, possibilitando a guarda desse instrumento de trabalho durante o pernoite. Os resultados da pesquisa mostram que em cerca de 23% dos pontos foram encontrados carrinhos (carroças) de “catação”. Nesses pontos,

foram observados, na maioria das vezes, apenas um carrinho, embora em alguns pontos tenham sido encontrados 3 ou mais (50 pontos). Dez carrinhos em um único ponto foi o número máximo encontrado.

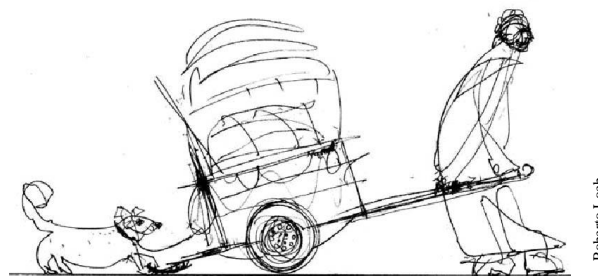


tabela 11
presença de carrinhos nos pontos de concentração de população em situação de rua

nº de carrinhos	nº de pontos	%
nenhum	1703	76,6
1	361	16,2
2	94	4,2
3 ou mais	50	2,2
sem informação	15	0,7
total	2223	100

2.3. variáveis demográficas

A população de pessoas em situação de rua é predominantemente masculina. Nos albergues e nas ruas, a grande maioria de pessoas é do sexo masculino, característica essa que se repete nas grandes cidade americanas, européias e até mesmo no Japão²⁸. Na contagem de 2003 em São Paulo, 87% dos albergados eram do sexo masculino, com percentual quase idêntico para os pessoas pernoitando nas ruas: 80%. A população masculina da cidade de São Paulo encontra-se sobre-representada na população em situação de rua: segundo o Censo Demográfico de 2000-IBGE, aproximadamente 54% da população maior de 18 anos da cidade de São Paulo é do sexo feminino.

tabela 12
sexo das pessoas em situação de rua - 2003

sexo	nas ruas		albergados		total	
	freqüência	%	freqüência	%	freqüência	%
masculino	3365	79,9	5402	87,3	8767	84,3
feminino	647	15,3	773	12,5	1420	13,7
sem identificação	201	4,8	11	0,2	212	2,0
total	4213	100	6186	100	10399	100

²⁸ Ver, entre outros trabalhos: Sommer, H. 2000 "Homelessness in Urban America: A Review of the Literature". Institute of Governmental Studies Press, University of California, Berkeley; Marpsat, M. 1999 "Les Sans Domicile à Paris et aux Etats - Unis". INSEE, Données Sociales, 1999; Marr, M., Abel Valenzuela, Janete Kawachi e Takao Koike: 2000 "Day Laboreres in Tokyo, Japan: Preliminary Findings from the San'ya Day Labor Survey". UCLA Center for the Study of Urban Poverty.

A distribuição da população de rua segundo gênero não apresenta grandes diferenças em relação a 2000. Neste ano, 80,6% pernoitando das pessoas nas ruas eram homens, 18,6% mulheres e 0,8% não tiveram o sexo identificado. Chama atenção um aparente aumento no número de pessoas que não tiveram o sexo identificado. Uma explicação para o fato é que a temperatura nas ruas em 2003 era substancialmente mais baixa do que na pesquisa de 2000; nessa circunstância, a abordagem das pessoas foi dificultada, pois muitos deles não acordaram e estavam de tal modo protegidos do frio que foi impossível a identificação do gênero.

tabela 13
sexo das pessoas pernoitando nas ruas 2000 e 2003

sexo	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
masculino	3543	80,6	3365	79,9
feminino	816	18,6	647	15,3
sem identificação	36	0,8	201	4,8
total	4395	100	4213	100

O comportamento da distribuição por sexo da população albergada, em 2003, também é muito semelhante a de 2000. Em 2000, foram encontrados 87,1% de homens, 10,1% de mulheres; já em 2003, foram estimados 87,3% de homens e 12,5% de mulheres pernoitando em albergues.

tabela 14
sexo das pessoas albergadas, 2000 e 2003

sexo	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
masculino	3218	87,1	5402	87,3
feminino	372	10,1	773	12,5
sem identificação	103	2,8	11	0,2
total	3693	100	6186	100

Os dados sobre cor da pele são, sabidamente, sujeitos a imprecisão. A tarefa de classificar os membros de uma população por este atributo leva a erros de mensuração, seja ela realizada pelo entrevistador ou pelo entrevistado. Apesar das conhecidas limitações, procurou-se obter a distribuição desta variável, no levantamento censitário e em 2003. Para reduzir os erros de medida, pode-se agregar as respostas “parda” e “preta”, criando a categoria “não branca”, pois as mais freqüentes dificuldades de classificação encontram-se, normalmente, nestes dois estratos.

Em 2003, a população em situação de rua era predominantemente de pele “não branca”: aproximadamente 60%. Desagregando-se esse resultado pelas categorias “parda” e “preta”, obtêm-se uma menor presença da cor preta. Examinando-se, mais uma vez, os dados do Censo Demográfico de 2000, vê-se que a população de pele branca na cidade de São Paulo atinge quase 70%, percentual significativamente maior que o encontrados nas ruas e nos albergues²⁹.

²⁹ Nos Estados Unidos, para cidades com mais de 100.000 habitantes, a porcentagem de negros entre os moradores de rua atinge 41%, bastante superior à de hispânicos (10%) e pouco menor que a dos brancos não hispânicos (Marpsat, 1999). Em Belo Horizonte, a população se distribui, por cor, nas seguintes proporções: branca, 24,6%; negra, 36,8%; parda, 36,7% e amarela/indígena, 1,6%.

tabela 15
distribuição por cor da população em situação de rua

cor	nas ruas		albergados		total	
	freqüência	%	freqüência	%	freqüência	%
branca	1237	29,4	2596	42,0	3833	36,8
parda	1560	37,0	2213	35,8	3773	36,3
preta	1068	25,3	1280	20,7	2348	22,6
amarela	16	*	43	0,7	59	0,6
outra	7	*	14	0,2	21	0,2
sem identificação	325	7,7	40	0,7	365	3,5
total	4213	100	6186	100	10399	100

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção.

Comparando-se os resultados do censo 2000 com a pesquisa de 2003, nota-se que a incidência de “branca” entre as pessoas pernitoando nas ruas em 2000 (33,4%) não difere muito da estimativa pontual de 2003 (29,4%). Foram encontrados 50,6% de “não branca” no censo 2000; em 2003, estima-se a existência de pelo menos 62,3% de não brancos nas ruas. A maior diferença encontrada foi a presença de pessoas de pele parda: 29,3% em 2000 e estimada em 37,0% em 2003. A cor “amarela” é pouco freqüente, em 2000 e 2003. A interpretação desses resultados deve levar em conta, como já mencionado, as dificuldades de medida.

tabela 16
incidência comparativa de cor da população em situação de rua, 2000 e 2003

cor	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
branca	1467	33,4	1237	29,4
parda	1298	29,5	1560	37,0
preta	1325	30,1	1068	25,3
amarela	17	0,4	16	*
outra	5	0,1	7	*
sem identificação	283	6,4	325	7,7
total	4395	100	4213	100

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção.

Nos albergues, o percentual de pessoas com pele branca recenseadas em 2000 é maior que as pessoas “brancas” encontradas nas ruas. Comparando-se os levantamentos de 2000 e 2003, percebe-se pouca diferença na presença de brancos (46,0% em 2000 e 42% em 2003), com uma estimativa pontual um pouco maior de não brancos em 2003 (48,7% em 2000 e 56,5 % em 2003). Observou-se que a freqüência da cor “amarela” é, novamente, bastante reduzida. A categoria “sem identificação”, como esperado, é menor para a população entrevistada nos albergues do que nas ruas.

tabela 17
cor da pele das pessoas albergadas em 2000 e 2003

cor	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
branca	1697	46,0	2596	42,0
parda	1087	29,4	2213	35,8
preta	714	19,3	1280	20,7
amarela	28	0,8	43	0,7
outra	3	0,1	14	0,2
sem identificação	164	4,4	40	0,7
total	3693	100	6186	100

Em 2003, a população albergada mostrou-se um pouco mais velha do que a encontrada nas ruas. A idade modal da população nas ruas está entre 26 e 40 anos, enquanto que nos albergues, fica entre 41 e 55 anos.

tabela 18
idade declarada das pessoas em situação de rua, 2003

idade	nas ruas		albergados		total	
	freqüência	%	freqüência	%	freqüência	%
0 a 3	37	*	-	-	37	0,3
4 a 6	23	*	-	-	23	0,2
7 a 14	147	3,5	-	-	147	1,4
15 a 17	113	2,7	5	0,1	118	1,1
18 a 25	341	8,1	533	8,6	874	8,4
26 a 40	1191	28,3	2154	34,8	3345	32,2
41 a 55	1130	26,8	2361	38,2	3491	33,6
56 ou mais	340	8,1	1102	17,8	1442	13,9
sem informação	891	21,1	31	0,5	923	8,9
total	4213	100	6186	100	10399	100,

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção

Quando se compara a distribuição etária das pessoas encontradas nas ruas em 2003 e 2000, percebe-se grande semelhança. A idade média em 2000 foi de 37 anos, muito semelhante a de 2003, 38 anos.

tabela 19
incidência comparativa da idade declarada das pessoas em situação de rua em 2000 e 2003

idade	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
0 a 3	43	1,0	37	*
4 a 6	15	0,3	23	*
7 a 14	174	4,0	147	3,5
15 a 17	136	3,1	113	2,7
18 a 25	418	9,5	341	8,1
26 a 40	1338	30,4	1191	28,3
41 a 55	1071	24,4	1130	26,8
56 ou mais	343	7,8	340	8,1
sem informação	857	19,5	891	21,1
total	4395	100	4213	100

	2000	2003
média	36,9	38,0
mediana	38	39

quantidade insuficiente para a estimação da proporção

A população albergada em 2003 pouco difere da população em 2000, em termos de idade. Comparando-se os resultados do censo com a estimativa pontual de 2003, há, talvez, um pequeno aumento na idade dos albergados, com a presença de uma população um pouco mais velha.

tabela 20

incidência comparativa da idade declarada da população em situação de rua em 2000 e 2003

idade	2000		2003	
	freqüência	%	freqüência	%
0 a 3	32	0,9	-	-
4 a 6	17	0,5	-	-
7 a 14	57	1,5	-	-
15 a 17	18	0,5	5	*
18 a 25	279	7,6	533	8,6
26 a 40	1345	36,4	2154	34,8
41 a 55	1228	33,3	2361	38,2
56 ou mais	531	14,4	1102	17,8
sem informação	186	5,0	31	0,5
total	3693	100	6186	100

	2000	2003
Média	40,9	42,9
Mediana	41,0	43,0

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção

2.4 outros resultados quanto as pessoas que pernoitavam nas ruas

A velocidade exigida ao levantamento de campo, como já comentado, impôs restrições ao número de questões formuladas às pessoas pernoitando nas ruas da cidade. Assim, obteve-se dois conjuntos de informações: diretas – perguntas formuladas às pessoas nas ruas – e indiretas, resultantes da observação do entrevistador.

Das perguntas diretas aos entrevistados, chama atenção o elevado número de questionários sem informação, resultado, na maioria das vezes, da recusa do entrevistado em dar resposta às questões formuladas. As adversas condições de tempo e temperatura no momento da realização das entrevistas podem ter provocado o maior número de recusa, comparativamente ao censo de 2000. O número de pessoas dormindo e/ou abrigadas do frio que se recusava a qualquer interação com os entrevistadores pode ser responsável pelos resultados obtidos.

Perguntou-se às pessoas em situação de rua sobre as pessoas com quem eles vivem nas ruas. A pergunta não se limitou às pessoas que se encontravam com o entrevistado no momento da abordagem, mas àquelas, que segundo a interpretação do entrevistado, o acompanham na vida de rua. Trata-se de uma questão de múltiplas respostas, na qual o entrevistado poderia mencionar mais de um grupo de acompanhantes. 16,6% dos entrevistados não responderam a essa questão. Mais da metade (50,2%, pelo menos) afirmou que vivem sozinhos na rua. O segundo grupo mais citado foi o de pessoas sem parentesco: estima-se que pelo menos 16,1% convivam com pessoas sem parentesco.

tabela 21
incidência de companhias com a pessoa em situação de rua 2003 na noite da pesquisa (respostas múltiplas)

com quem está na rua	pessoas nas ruas	
	freqüência	%
sozinho	2116	50,2
acompanhado	1398	33,2
sem informação	699	16,6
total	4213	100,0

tabela 22
tipo de companhia da pessoa em situação de rua 2003 na noite da pesquisa (respostas múltiplas)

total de pessoas acompanhadas	pessoas nas ruas	
	freqüência	%
<i>com quem está na rua:</i>	1398	
adulto	1.283	80,8
<i>sem parentesco</i>	678	42,7
<i>com parentesco</i>	605	38,1
cônjuge	335	21,1
mãe/pai	128	8,1
outros	142	8,9
criança e adolescente	305	19,2
<i>sem parentesco</i>	225	14,2
adolescentes	119	7,5
crianças	106	6,7
<i>com parentesco</i>	80	5,0
filho(s) até 12 anos	56	3,5
filho(s) com mais de 12 anos	24	1,5

Obs: Das 1.283 pessoas nas ruas acompanhadas algumas estão ao mesmo tempo com adultos e crianças, o que descreve 1.588 tipos de acompanhamento.

Uma das questões levantadas pela pesquisa refere-se ao deslocamento das pessoas de rua durante o dia. Aproximadamente 30% das pessoas não responderam a essa questão. Estima-se que pelo menos 58,4% deles apresentaram uma baixa mobilidade, permanecendo no mesmo distrito em que dormiam ou tendo ido a distritos vizinhos. Se admitirmos que o padrão de resposta dos que não deram a informação é o mesmo dos que responderam, teremos uma proporção de 82,5% de pessoas nessa condição, o que contraria a hipótese de que a população em situação de rua tende a ter alta mobilidade na cidade, pelo menos quando se compara o distrito em que o morador dorme e os que ele freqüenta durante o dia. Considerando somente os que responderam, apenas 17,5% visitaram distritos municipais mais distantes ou mesmo outros municípios no dia da pesquisa.

tabela 23
deslocamento durante o dia das pessoas em situação de rua

deslocamento durante o dia	pessoas nas ruas	
	freqüência	%
permaneceu no mesmo distrito	1611	38,3
até distritos vizinhos	847	20,1
até outros distritos	469	11,1
em outros municípios	52	1,2
sem informação	1234	29,3
total	4213	100

Os entrevistados apresentam razões para não estarem dormindo em albergues na noite da entrevista. Um mesmo entrevistado poderia mencionar mais de uma razão. Dos entrevistados, 22,7% não responderam a essa questão. Estima-se que pelo menos 20,2% das pessoas em situação de rua relutam em freqüentar albergues por não aceitarem suas regras. Essa proporção passa para 27,3% se admitirmos que o padrão de respostas³⁰ dos que não forneceram informações é o mesmo dos que responderam. Problemas com outros usuários foi a segunda razão mais mencionada por não freqüentar albergues. A alegação em não estar em albergues por falta de vagas é de 8,8% ou por desconhecer os albergues em 6,8%. Eliminado os casos sem informação, essas proporções passam para 11,9% e 9,1%, respectivamente. Pesquisa complementar permitirá ganhar compreensão sobre as razões apresentadas, embora para muitos dos entrevistados seja difícil de precisar o motivo. Apesar da insistência dos entrevistadores, respostas como “não gosta”, ou “ambiente não é bom”, foram bastante freqüentes.

tabela 24
razões apresentadas pela pessoa na rua por não estar em albergue na noite da pesquisa

razões	freqüência	%
conhece albergues, mas não freqüenta	2604	61,8
não conhece nenhum	285	6,8
outras	233	5,5
sem resposta	1091	25,9
total	4213	100,0

tabela 25
ranking dos motivos pelo qual a pessoa na rua não freqüenta o albergue na noite anterior da pesquisa (respostas múltiplas)

razões	freqüência	%
conhece albergues, mas não freqüenta porque:	2604	
não aceita as regras do albergue	851	26,6
por problemas com outros usuários	432	13,5
“não gosta”	410	12,8
por falta de segurança nos albergues	211	6,6
sofreu maus tratos nos albergues	192	6,0
por achar o ambiente inadequado	150	4,7
por falta de higiene nos albergues	90	2,8
não pode ficar com a família/amigos	69	2,2
o albergue não aceita suas condições/não pode entrar com seus pertences/não tem documentos/não tem vaga	791	24,7

Obs: Do total de 2.604 que conhecem albergue mas estão nas ruas, foram apresentados 3.196 motivos em respostas múltiplas.

Pelo menos 34,2% dos entrevistados afirmaram nunca ter dormido em albergues (43,3% se admitirmos que os que não responderam têm o mesmo padrão de respostas do que os que responderam).

³⁰ Ou seja, que os que não responderam terão respostas similares aos respondentes, se, por exemplo, 30% dos respondentes mencionam uma categoria, no caso do padrão de resposta ser o mesmo, espera-se que em torno dos 30% dos não respondentes teriam optado por essa categoria. Essa suposição deve ser encarada com cuidado.

tabela 26

experiência prévia de uso de albergues entre as pessoas nas ruas na noite anterior da pesquisa

já dormiram em albergue	freqüência	%
sim	1881	44,6
não	1439	34,2
sem resposta	893	21,2
total	4213	100,0

A informação quanto à presença de animais com as pessoas nas ruas foi demanda de SAS. A freqüente menção a animais de estimação pelas pessoas nas ruas e sua importância na aceitação dos pernoites em albergues justificou a obtenção dessa informação no levantamento de campo. Como resultado do levantamento, estima-se que pelo menos 14,3% dos pessoas de rua possuam animais. A taxa de não resposta dessa questão foi de 17,8%.

tabela 27

pessoas em situação de rua que possuíam animais na noite anterior da pesquisa

possuem animais	freqüência	%
sim	601	14,3
não	2863	67,9
sem resposta	749	17,8
total	4213	100

2.5. outros resultados quanto à população albergada

Os resultados referentes às pessoas albergadas foram obtidos mediante amostra dos albergues da área da pesquisa, estratificados por tipo de público: masculino, feminino, famílias, mistos. Dadas as condições mais favoráveis para a entrevista que as predominantes na rua, foram levantadas informações adicionais que permitem uma melhor caracterização da população.

Em anexo encontra-se o instrumento de coleta de informações aplicado. Procurou-se, primeiramente, saber se as pessoas albergadas alternam os pernoites em outros locais, principalmente a rua. Como era de se esperar a grande maioria dos albergados havia dormido recentemente em albergue (98,0%). A segunda categoria mais mencionada é rua, local em que cerca de 8% dos albergados dormiram na última semana.

tabela 28
alternativas de pernoite na semana anterior à pesquisa pelas pessoas albergadas
(respostas múltiplas)

alternativas	freqüência	%
albergue	6061	85,1
rua	483	6,8
outros locais especificados:	577	8,1
em família	315	
na própria casa	99	
barraco	7	
casa de amigos/parentes	209	
pensão/hotel	147	
sob cuidados	46	
pronto socorro / hospital / casa de convivência	30	
trabalho	18	
ceasa/mercado municipal/ trabalho	5	
sob vigilância policial	13	
deic/ dops/dp/ alojamento da pm	4	
cadeia	12	
em local temporário	30	
posto de gasolina / lava rápido	28	
guarita/ terreno cedido	2	
em solidariedade	5	
associação/mst (sem teto)	5	

Obs. Durante os dias da semana anterior as pessoas freqüentaram mais de um local, no total de 7.121 opções. Somente 7 não informaram.

Dada a importância da alternativa “rua” para caracterização da população, essa possibilidade de pernoite foi identificada mediante questões complementares. Estima-se que pelo menos 32% dos albergados nunca dormiram nas ruas. Admitindo-se que o padrão de resposta dos 9,8% que não responderam a essa questão é o mesmo do restante da amostra, essa proporção passa para 35,5%.

tabela 29
pessoas albergadas que já dormiram nas ruas

dormiram na rua	freqüência	%
não	1979	32,0
sim	3603	58,2
sem informação	604	9,8
total	6186	100,0

Observou-se, também, que cerca de 70,3% dos que afirmaram já ter dormido nas ruas, não o fizeram no mês anterior à realização da pesquisa. Apenas 12,8% desse segmento dormiu 6 ou mais vezes nas ruas no último mês.

tabela 30
 incidência pelo albergado do uso da rua para dormir no mês anterior a pesquisa

nº de vezes	freqüência	%
nenhuma	2957	70,3
sem informação	91	2,2
dormiram na rua	1158	27,5
total	4206	100,0

*não dormiram na rua

obs: 1.979, dos 6.186 albergados não dormiram na rua.

tabela 31
 número de vezes que os albergados dormiram na rua no mês anterior

nº de vezes	freqüência	%
1	234	20,2
2 a 5	383	33,1
6 a 10	176	15,2
11 a 20	155	13,4
21 a 29	103	8,9
30	107	9,2
total	1.158	100,0

Obs: Esta distribuição trata só do universo de 1.158 que declararam ter dormido na rua durante o mês anterior à pesquisa.

Considerando-se o mês anterior à realização da pesquisa, estima-se que 92,1% da população já estava dormindo em albergues. A rua foi utilizada para pernoite por 20,9% dos atuais albergados, constituindo a principal alternativa ao albergue.

tabela 32
alternativas de pernoite das pessoas albergadas no mês anterior à pesquisa
(respostas múltiplas)

alternativas	freqüência	%
albergue	5698	66,0
rua	1292	15,0
outras sem especificação	52	0,6
sem informação	36	0,4
outros locais especificados:	1552	18,0
em família	816	
na própria casa	272	
casa de amigos/parentes	544	
pensão/hotel	433	
sob cuidados	93	
pronto socorro/hospital/casa de convivência	88	
moradia provisória	5	
trabalho	86	
ceasa	5	
mercado municipal	5	
trabalho	41	
dentro de veículo/carrinho	35	
sob vigilância policial	32	
deic/dops/dp	3	
cadeia	29	
em local temporário/provisório	91	
imóvel invadido/abandonado/ galpão/depósito/	15	
posto de gasolina/lava rápido	35	
terminal rodoviário	41	
em solidariedade	1	
associação	1	

Obs. Parte dos atuais albergados utilizaram no mês anterior 8.630 locais de pernoite e o especificaram, por se tratar de respostas múltiplas, já que durante o mês poderia ser usado mais de um tipo de local, o percentual se refere tão só a incidência de cada alternativa citada.

As razões para a presença no albergue constituíram item de significativo interesse no levantamento, haja vista a importância dessas informações para a elaboração de políticas de atendimento à população. Os resultados obtidos devem ser lidos com cautela. Há possível divergência na resposta dos entrevistados, alguns considerando um albergue em particular (o que não permitiria generalizar) enquanto outros podem estar se referindo ao conjunto como um todo, generalizando portanto. Os resultados são apresentados como exemplificação das respostas, sem que se possa, contudo, tomar a sua quantificação como segura.

tabela 33
razões declaradas pelas pessoas albergadas para estar dormindo no albergue
(respostas múltiplas)

razões	freqüência	%
ausência de opção	2519	40
encaminhado	1066	17,2
escolha pessoal	2739	42,2
Indicação	1481	23,9
sem informação/indiferente	118	1,2

Pouco menos de 50% dos albergados utilizam esses serviços há menos de um ano. Em torno de metade dos albergados utilizam os albergues como alternativa de moradia há pelo menos um ano, o que pode ser uma indicação de que para parte dessa população os albergues não são uma solução provisória de moradia. Ao mesmo tempo, parece haver “um público cativo” freqüentador de albergue a mais de cinco anos.

tabela 34
tempo que utiliza de albergagem

tempo que utiliza de albergagem	freqüência	%
é a primeira vez	289	4,7
há menos de 6 meses (exclusive)	2102	33,9
entre 6 meses e 1 ano (exclusive)	677	10,9
1 a 2 anos (exclusive)	1148	18,6
2 a 5 anos (exclusive)	1100	17,8
5 anos ou mais	817	13,2
sem informação	53	0,9
total	6186	100,0

Os albergados apresentam maior mobilidade em relação aos que vivem nas ruas. Desconsiderando as não respostas, 17,5% dos que pernoitam nas ruas freqüentaram outros municípios ou distritos mais distantes do que aquele em que estavam. Já para a população albergada, essa proporção passa para 27,7%. 89,6% dos albergados estão vivendo sozinhos no albergue, em contraste com os 60,2% (eliminadas as não respostas) dos que dormiam nas ruas. Nenhum outro grupo de resposta ultrapassa 5%.

tabela 35
locais de deslocamento durante o dia das pessoas albergadas

	pessoas albergadas	
até outros distritos	2082	33,7
permaneceu no mesmo distrito	2244	36,3
até distritos vizinhos	1499	24,2
sem informação	247	4,0
em outros municípios	114	1,8
total	6186	100

tabela 36
de quem está acompanhado no albergue

situação	freqüência	%
sozinho	5541	86,9
acompanhado	826	13,0
sem informação	7	0,1
total	6374	100

* quantidade insuficiente para estimação da proporção.

tabela 37
de quem está acompanhado no albergue/rua (respostas múltiplas)

situação	freqüência	%
total de quem está acompanhado por:	826	
adulto	512	62,0
<i>sem parentesco</i>	141	
<i>com parentesco</i>	371	
conjuge	283	
sem definição	80	
pai e/ou mãe	8	
por criança	314	38,0
sem parentesco	83	
com parentesco	231	
filho com até 12 anos	180	
filho com mais de 12 anos	51	

Obs: Dos 826 acompanhados nos albergues foram apresentados respostas múltiplas, já que podem ser crianças ou adultos e com ou sem parentesco.

As pessoas albergadas também são catadores, usuários de carrinhos de catação. Estima-se que pelo menos 31,3% dos albergados sejam catadores de sucata. Os produtos mais procurados pelos catadores são a latinha (85,8%) e o papelão (52,0%). Pelo menos 21,7% dos que catam utilizam carrinho, desses, 60,7% não são proprietários dos carrinhos.

tabela 38
pessoas usuárias dos albergues que são catadores

catadores	freq	%
sim	1936	31,3
não	4091	66,1
sem informação	159	2,6
total	6186	100

tabela 39
especificação do tipo de material coletado pelos catadores que estão em albergues (respostas múltiplas)

	freqüência	%
sem informação	159	8,2
não especificado	125	6,5
especificado	1652	85,3
total	1936	100

tabela 40
ranking por tipo de material coletado pelos catadores que estão em albergues (respostas múltiplas)

	freqüência	%
tipo de material	1652	
latinhas	1798	50,8
papelão	1089	30,8
sucata	636	18,0
ferro	10	0,3
garrafa	5	0,1

Obs: Dos 1.936 usuários de albergues que são catadores, 1.652 especificaram os tipos de materiais coletados, através de 3.538 produtos apresentados em resposta múltiplas.

tabela 41
pessoas albergadas, usuárias de carrinho de catação

	freqüência	%
sim	455	21,7
não	1464	69,9
sem informação	176	8,4
total	2095	100

tabela 42
pessoas albergadas - proprietárias de carrinho

	freqüência	%
sim	175	38,5
não	276	60,7
sem informação	4	*
total	455	100

Foi também obtida informação sobre a renda monetária dos albergados. É necessário observar que, novamente, a interpretação dos resultados deve ser feita com cuidado. Isto porque, os rendimentos monetários das pessoas em situação de rua são bastante variáveis em função da natureza da ocupação; há, portanto, compreensível dificuldade de cálculo por parte dos próprios entrevistados que podem se equivocar na resposta. Reforça essa dificuldade eventuais períodos de inatividade, agravando as condições de cálculo e memória dos rendimentos obtidos.

Procurando reduzir as dificuldades de cálculo e memória, fixou-se um período de sete dias (semana anterior) como referência temporal para as informações sobre a renda monetária. Este procedimento permite, ademais, que os valores monetários possam ser agregados, pois referem-se ao mesmo horizonte temporal. Estima-se que mais de um terço dos albergados (36,4%) não auferiram renda na semana anterior à pesquisa e que, apenas 27,5% receberam mais de R\$ 60,00. A renda semanal média foi de R\$ 40,45 quando são considerados todos os albergados. Ao limitar a análise aos que efetivamente receberam alguma quantia, a renda média passa a ser R\$65,11.

tabela 43
renda recebida na última semana pelas pessoas albergadas

	freqüência	%
sem rendimento	2253	36,4
até R\$30,00 (exclusive)	1161	18,8
R\$30,00 a r\$60,00 (exclusive)	830	13,4
R\$60,00 a r\$100,00 (exclusive)	961	15,5
R\$100,00 a r\$150,00 (exclusive)	372	6,0
R\$150,00 ou mais	372	6,0
sem informação	236	3,8
total	6186	100,0

tabela 44
rendimentos da última semana pelas pessoas albergadas

indicadores	renda monetária	
	incluídas as pessoas sem rendimentos	excluídas as pessoas sem rendimentos
média	40,45	65,11
mediana	17,00	50,00
mínimo	0,00	1,00
máximo	450,00	450,00
1o quartil	0,00	22,00
3o quartil	60,00	79,00

Um conjunto de ocupações permite a geração da renda monetária, com clara predominância das ocupações com reduzida qualificação. Note-se, também, a elevada proporção de albergados que não exerceu nenhuma atividade remunerada .

tabela 45
tipo de atividade remunerada exercida na última semana dentre as pessoas albergadas

atividade	freqüência	%
exerceu atividade	3696	56,9
não exerceu atividade remunerada	2259	34,8
aposentado/pensionista	175	2,7
pede esmola/recebe ajuda/auxilia doença/seguro desemprego	318	4,9
sem informação	44	0,7
total	6492	100

tabela 46

tipo de atividade remunerada exercida na última semana pelo albergado (respostas múltiplas)

atividade	Freqüência	%
exerceu atividades remuneradas	3696	100
biscateiro/coleta sucata	1938	52,4
trabalhadores de serviços/comércio	714	19,3
construção civil	372	10,1
frente de trabalho	263	7,1
artesão	97	2,6
empregado doméstico	80	2,2
outros	232	6,3

Obs. Dos 3696 albergados que alega ter exercido atividade remunerada na última semana, 3.464 declararam o tipo de atividade em resposta múltipla.